

Competências e-infocomunicacionais em contexto prisional: proposta de um modelo de formação

Daniela Graça Silva Rocha

Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais no Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro (UA) - Aveiro, Portugal. Mestre em Comunicação Multimédia Interactivo pela Universidade de Aveiro (UA) - Aveiro, Portugal.

<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=0209103615066122>

E-mail: danielagraca@gmail.com

Lídia de Jesus Oliveira Loureiro da Silva

Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Doutora em Ciências e Tecnologias da Comunicação pela Universidade de Aveiro (UA) - Aveiro, Portugal. Professora da Universidade de Aveiro (UA) - Aveiro, Portugal. Investigadora no Digital Media and Interaction (CIC.Digital-DigiMedia).

<http://lattes.cnpq.br/1680105835487679>

<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=3915920968130714>

E-mail: lidia@ua.pt

Submetido em: 20/03/2017. Aprovado em: 25/04/2017. Publicado em: 10/11/2017.

RESUMO

As TICs têm papel marcante na sociedade actual: são veículo das relações humanas e instrumento para a cidadania pela disponibilização de serviços. Em paralelo, a reintegração social pós-reclusão é uma temática-chave no sistema penal português e respectiva legislação. Essa dicotomia entre uma sociedade cada vez mais presente e dependente da rede e a importância da reintegração dos reclusos leva a questionar de que forma a disponibilização do acesso à internet em contexto escolar prisional tem sido um factor de reintegração social. A literatura mostra que a educação é um factor determinante na preparação do recluso para o retorno à sociedade e na redução da reincidência criminal, e as actuais linhas de ensino não ignoram a inclusão da tecnologia no percurso do indivíduo. A aquisição de competências e-infocomunicacionais não pode ser censurada nos contextos de ensino situados na margem da sociedade. Através de dois estudos de caso (estabelecimentos prisionais de Santa Cruz do Bispo Feminino (EPSCBF) e de Santa Cruz do Bispo Masculino (EPSCBM) explorou-se a relação 'recluso', 'competências e-infocomunicacionais' e 'formação', sem esquecer o contexto, e chegou-se a uma proposta de utilização da internet que se orienta pela experimentação, necessidade de continuar a aprender, e partilha.

Palavras-chave: Prisão. Recluso. Educação. Competências infocomunicacionais. Modelo de formação.

E-infocomunicacional competencies in correctional context: training model proposal

ABSTRACT

ICT plays a significant role in today's society: they are a vehicle for human relations and an instrument for citizenship through services provision. In parallel, post-reclusion social reintegration is a key issue in the Portuguese penal system and its legislation. This dichotomy between a society increasingly present and dependent on the Internet and the importance of the reintegration of prisoners leads to questioning how the availability of Internet access in a prison school context has been a factor of social reintegration. Literature shows that education is a determining factor in the preparation of the prisoner to return to society and to the reduction of criminal recidivism, and the current lines of education do not ignore the inclusion of technology in the individual formation and growth. The acquisition of e-infocommunication skills can not be censored in the teaching contexts situated at the frindge of society. Throughout two case studies (Santa Cruz do Bispo Feminino – EPSCBF – and Santa Cruz do Bispo Masculino – EPSCBM – prisons) the relationship between 'inmate', 'E-infocommunication literacy' and 'training' was explored, without forgetting the context, and a proposal to the use of Internet guided by experimentation, the need to continuos learning, and sharing was designed.

Keywords: Prison. Prisoner. Education. Infocommunication skills. Training Model.

Competencias e-infocomunicacionales en contexto prisional: propuesta de un modelo de formación

RESUMEN

Las TIC tienen un papel notable en la sociedad actual: son el vehículo de las relaciones humanas y los medios de la ciudadanía por la prestación de servicios. Paralelamente, la reintegración posterior a la prisión es una clave temática en el sistema penal portuguesa y la legislación. Esta dicotomía entre una sociedad depende cada vez más presente y de la red y la importancia de la reinserción de los presos se plantea la cuestión de cómo la disponibilidad de acceso a Internet en el contexto escolar prisión ha sido un factor de reinserción social. La literatura muestra que la educación es un factor determinante en la preparación de los presos para un retorno a la sociedad y la reincidencia reduciendo, y las líneas educativas actuales no ignore la inclusión de la tecnología en la ruta individual. La adquisición de habilidades y-infocomunicative no puede ser criticado en contextos educativos situados en los márgenes de la sociedad. A través de dos estudios de caso (cárceles de Santa Cruz do Bispo Mujer – EPSCBF – y Santa Cruz do Bispo Masculino – EPSCBM) exploraron la relación 'solitario', 'Alfabetización e-infocomunicacional' y 'entrenamiento', sin olvidar el contexto, y se alcanzó una propuesta para el uso de Internet que es guiado por la experimentación, la necesidad de seguir aprendiendo y compartir.

Palabras clave: Prisión. Recluso. Educación. Competencias Infocomunicacional. Modelo de Formación.

INTRODUÇÃO

Numa sociedade moldada pelas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), a área científica das ciências da comunicação não pode ficar alheada da análise dos fenómenos de infoexclusão e de iliteracia tecnológica que a marcam ainda em larga escala (BURGOS, OLIVÁN LOLA; GARCÍA, VILLAR AÍDA; TOMÁS HUMBERT, 2007; FRANGANILLO *et al.*, 2006; MONTEIRO; MOREIRA; LEITE, 2016). Num país e num mundo nos quais a internet e as TICs são considerados instrumentos cruciais à integração dos cidadãos e ao desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento funcional e competitiva, não se pode ignorar que em Portugal existem mais de catorze (14) mil indivíduos em reclusão, e que mais de metade da população reclusa não tem o ensino obrigatório concluído. Na realidade, 58,4% da população distribui-se entre o nível de ensino equivalente ao 2.º ciclo do ensino básico (6.º ano) ou abaixo dele (figura 1 – Habilitações Literárias da População Reclusa, em Portugal, por Género e Nacionalidade (2.º trimestre de 2016)), e destes 3,4% não sabem ler ou escrever e outros tantos sabem apenas ler e escrever. Estes valores são dramáticos e confirmam o peso da educação no percurso dos indivíduos.

Caso não se canalize o período de reclusão no sentido de alterar esta realidade, caso não se permita à população reclusa melhorar as suas habilitações escolares e caso não se o faça de forma integral, incluindo todas as vertentes educativas, estes indivíduos possuirão literacia infocomunicacional nula, deturpada e/ou básica para sobreviver no mundo contemporâneo quando terminam os respectivos períodos de reclusão.

Foi neste contexto marcado pela exclusão digital que esta investigação trabalhou mantendo-se, assim, vinculada à área das ciências da informação e da comunicação. Para tal, o trabalho desenvolvida passou pelo desenho de um modelo de formação na área das tecnologias da informação e da comunicação direccionado para a população reclusa, possibilitando-lhe a aquisição de competências e-infocomunicacionais que se consideram elementos potenciadores de integração socioprofissional no período pós-reclusão (BURGOS, OLIVÁN LOLA; GARCÍA, VILLAR AÍDA; TOMÁS HUMBERT, 2007; DELGADO GARCÍA; OLIVER CUELLO, 2010; FONG, 2008; KOUDESTAAL *et al.*, 2012; O'NEILL; MACKENZIE; BIERIE, 2007).

Figura 1 – Habilitações literárias da população reclusa, em Portugal, por género e nacionalidade (2.º trimestre de 2016)

Habilitações literárias	Homens						Mulheres						Total	
	Portugueses		Estrangeiros		Total		Portugueses		Estrangeiros		Total		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Não saber ler nem escrever	369	3,3	48	2,2	417	3,1	60	9,3	5	2,3	65	7,5	482	3,4
Sabe ler e escrever	318	2,8	90	4,1	408	3,0	44	6,8	26	11,9	70	8,1	478	3,4
Com frequência de ensino	10.380	92,8	2.035	92,8	12.415	92,8	524	81,0	172	78,5	696	80,4	13.111	92,0
1º ciclo ensino básico (1º, 2º, 3º e 4º ano)	3.255	29,1	322	14,7	3.577	26,7	193	29,8	34	15,5	227	26,2	3.804	26,7
2º ciclo ensino básico (5º e 6º ano)	3.069	27,4	359	16,4	3.428	25,6	99	15,3	16	7,3	115	13,3	3.543	24,9
3º ciclo ensino básico (7º e 8º e 9º ano)	2.937	26,2	654	29,8	3.591	26,8	131	20,2	51	23,3	182	21,0	3.773	26,5
Ensino secundário (10º, 11º e 12º ano)	908	8,1	563	25,7	1.471	11,0	79	12,2	38	17,4	117	13,5	1.588	11,1
Ensino superior	197	1,8	132	6,0	329	2,5	22	3,4	30	13,7	52	6,0	381	2,7
Outros cursos	14	0,1	5	0,2	19	0,1		0,0	3	1,4	3	0,3	22	0,2
Informação não disponível	123	1,1	21	1,0	144	1,1	19	2,9	16	7,3	35	4,0	179	1,3
Total	11.190	100	2.194	100	13.394	100	647	100	219	100	866	100	14.250	100

Fonte: Estatísticas Prisionais (2º trimestre de 2016), Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, página 5, com acrescentos gráficos das autoras.

A investigação analisou o fenómeno de utilização da tecnologia no cenário de reclusão em Portugal apoiando-se na escola da prisão como veículo de entrada na realidade prisional, estratégia sustentada nos resultados obtidos com o trabalho de Rocha (2010), que indicam o uso da ferramenta tecnológica internet como essencial no percurso escolar dos reclusos, especialmente por permitir-lhes autonomia no processo de produção e/ou realização de trabalhos integrados na dinâmica de aprendizagem. Esta é também a forma — na escola — que se considera como sendo a mais adequada para que a utilização da internet possa existir num contexto tão específico como é o dos estabelecimentos prisionais.

OBJECTIVOS

O objectivo central do estudo foi dar contornos operacionais quer à utilização da internet em contexto de reclusão — não ignorando as vicissitudes intrínsecas à realidade prisional portuguesa e à realidade específica dos estabelecimentos prisionais participantes no estudo —, quer à leitura dos resultados consequentes dessa utilização. O acesso à internet por parte de reclusos aconteceu integrado num contexto de aprendizagem por que a utilização da Internet na escola de um estabelecimento prisional não só corresponde aos objectivos de legar habilitações e-infocomunicacionais ao público-alvo, como permite testar uma nova realidade num contexto que a sustentará mais firme e consistentemente (escola na prisão) do que qualquer outra num estabelecimento prisional.

A temática em estudo centra-se, assim, na utilização da internet no cenário escolar/formativo no contexto prisional português. Pretende-se, pois, estudar de maneira detalhada e aprofundada a possibilidade da aprendizagem da utilização desta tecnologia por parte de um grupo de indivíduos reclusos, considerando particularmente os contornos que esse plano de formação deverá adquirir e os reflexos que essa aprendizagem terá no indivíduo, na percepção de si mesmo e do percurso pessoal e profissional que poderá traçar no período de reclusão e pós-reclusão.

QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Desenharam-se três questões de investigação (QI) que serviram de farol ao rumo da investigação. Foram delineadas tendo em consideração a problemática em estudo e com o objectivo de que as respostas obtidas pudessem colmatar as dúvidas que o tema levanta.

QI01

De que forma o acesso à internet por parte dos reclusos nos estabelecimentos prisionais portugueses, em contexto de formação, poderá ser uma realidade?

Na primeira questão está patente a necessidade de perceber como o acesso à internet no contexto de ensino-aprendizagem nos estabelecimentos prisionais portugueses pode acontecer seja em termos técnicos (materialização do acesso), seja em termos conceptuais ('em que disciplina?', 'em que local?', 'durante quanto tempo?', 'com que objectivo?').

QI02

Que estrutura programática deverá adoptar um curso de formação em utilização da Internet no contexto específico do sistema prisional português?

Considera-se que a formação no contexto do sistema prisional português deverá ser delineada tendo em consideração as características particulares que caracterizam esse contexto, nomeadamente, no que diz respeito a toda a envolvência do próprio sistema (questões de segurança, por exemplo) e ao perfil do alvo da formação: os indivíduos que terão tido um percurso de vida tortuoso e um contacto infeliz com a escola. Nesse sentido, proporcionar um momento feliz é determinante. A desmotivação para a aprendizagem é um sentimento generalizado na população reclusa. A capacidade de motivar e manter motivados os indivíduos é crucial para que a lembrança de um passado escolar pouco positivo não os afaste da possibilidade de aumentar suas habilitações através de frequência de momentos de aprendizagem no período de reclusão.

QI03

Que impacto teria a formação em utilização da internet na percepção que o recluso tem das suas capacidades cognitivas e técnicas e, consequentemente, da sua empregabilidade?

Será importante perceber o impacto que a formação em utilização da internet tem na reinserção social pós-reclusão, e acredita-se que esse impacto resulta em larga medida da percepção que o indivíduo tem de si e das suas capacidades. Ou seja, a reinserção social poderá estar muito dependente da autopercepção e autoconfiança do indivíduo. Essa percepção poderá confirmar a mais-valia da aprendizagem e indicar correcções programáticas e/ou estruturais no modelo de formação.

As respostas às questões de investigação apresentadas permitiram contribuir para o entendimento de uma realidade tão específica quanto é a do desenvolvimento de competências e-infocomunicacionais de indivíduos em reclusão e que ajudarão a preparar a base para uma percepção e prática novas na educação em contexto de reclusão.

MATERIAL E MÉTODOS

A opção metodológica consistiu na realização de dois estudos de caso (STAKE, 2009), de modo a considerar um estabelecimento prisional feminino e um estabelecimento prisional masculino¹. A aplicação dupla permitiu recolher dados e informação para a realização de uma análise correcta do perfil do participante, da viabilidade do modelo de formação e dos resultados que dela advierem, seja pela vertente da valorização das competências e-infocomunicacionais dos participantes, seja pela adaptabilidade ao contexto a que se destina. São estudos de caso com observação participante (YIN, 2006) considerando que a investigadora desempenhou o papel de formadora aplicando o modelo de formação proposto nos dois contextos. O formato de estudo de caso, sob a forma de acção de formação, surge como o mais adequado aos objectivos da investigação por permitir a obtenção imediata de dados, o contacto com a população-alvo, e a aplicação de um modelo de formação no contexto real ao qual se destina.

¹ No caso do EPSCB Feminino formou-se um grupo de participantes a partir de pessoas que após convite se mostraram interessadas em participar; e, no caso do EPSCB Masculino aplicou-se a acção de formação numa unidade do estabelecimento onde reside um número reduzido de indivíduos.

A investigação de um modo global pode ser categorizada em investigação fundamental e investigação aplicada. A investigação fundamental visa desenvolver conhecimento geral e a investigação aplicada tem como objetivo produzir conhecimento que possa ser utilizado na tomada de decisão prática e, no presente caso, na melhoria do quadro formativo dos reclusos. Na modalidade de investigação aplicada trata-se de uma investigação-acção (BRADBURY, 2015) já que visa a mudança social. Trata-se também de uma investigação-participante que visa a avaliação do modelo proposto de forma a obter conhecimento contextual que permita chegar a uma proposta final de modelo.

Devido à tipologia da plataforma usada, cuja base é uma acção de formação, consideraram-se dois métodos principais para a obtenção de dados: observação directa e inquérito por questionário. Com efeito, o formato de acção de formação permite um testemunho privilegiado resultante da interacção necessária entre formador e formando, no qual a observação directa é incontornável. Configura-se, assim, um cenário de investigação-acção/investigação-participante, em que o investigador está envolvido de forma activa na dinâmica que é, simultaneamente, o seu *locus* de pesquisa.

O formato inquérito por questionário foi aplicado em vários momentos do trabalho empírico: (i) no início de cada estudo de caso, naquela que se nomeou como sendo a sessão zero de cada acção de formação, com o objectivo de obter dados demográficos sobre as amostras participantes; (ii) no final de todas as sessões de formação a fim de reter informação sobre a avaliação que os participantes fazem dessas mesmas sessões e respectivos módulos de aprendizagem; e, (iii) na última sessão de formação com o objectivo de perceber que avaliação as amostras fazem da acção de formação como um todo.

O tratamento dos dados obtidos com o inquérito por questionário inicial, que permite a recolha de informação demográfica dos participantes, foi realizado usando a ferramenta Microsoft Excel. A análise às respostas aos restantes inquéritos por questionário foi realizada considerando cada uma por si, sem fusão dos discursos, não lhes retirando, assim, a riqueza inerente. Encarou-se a investigação como tendo dois estudos de caso principais dos quais emanam múltiplos casos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de investigação desenvolvido e aqui apresentado enquadra-se na problemática do desenvolvimento de competências e-infocomunicacionais no âmbito do uso de ferramentas digitais, *on-line*, no contexto de reclusão. E tem como objetivo final principal o de contribuir com uma proposta de modelo de formação em competências e-infocomunicacionais no contexto de uso da internet passível de ser adaptado como referência pela Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) nos estabelecimentos prisionais.

A primeira e a segunda questões de investigação – de que forma o acesso à internet por parte dos reclusos nos estabelecimentos prisionais portugueses, em contexto de formação, poderá ser uma realidade?” e “Que estrutura programática deverá adoptar um curso de formação em utilização da Internet no contexto específico do sistema prisional português?” – foram respondidas e os resultados com elas obtidos contribuem para a construção e desenvolvimento de qualquer trabalho que se desenvolva junto da população reclusa e das instituições do sistema prisional na área das tecnologias da informação e da comunicação, especificamente no desenvolvimento de competências e-infocomunicacionais dos indivíduos em reclusão.

As transcrições de algumas das respostas dos participantes nos estudos de caso apresentadas a seguir são ilustrativas dos resultados da aplicação do modelo de formação.

«**Sim, em tudo, porque são coisas importantes para o nosso dia a dia.**», participante 2, em resposta à pergunta “Os conteúdos fornecidos foram adequados às temáticas abordadas?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 10 – Avaliação da Sessão de Formação, do estudo de caso aplicado no EPSCBM.

«**Sim. Muito, as palavras-chave, a ajuda da doutora, o suporte informático, tudo esmiuçado ao promenor.**», participante 16, em resposta à pergunta “Os conteúdos fornecidos foram esclarecedores?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 10 – Avaliação da Sessão de Formação, do estudo de caso aplicado no EPSCBM.

«**Sim, claro. Porque só através de aprendizagem oral não seria tão completo.**», participante 16, em resposta à pergunta “As demonstrações feitas auxiliaram a aprendizagem?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 10 – Avaliação da Sessão de Formação, do estudo de caso aplicado no EPSCBM.

«**Muitos, para quem não tem noções básicas de informática, acho que é excelente, ainda por cima gratuita. Aspectos e nomes mais técnicos. Muito, muito interessante**», participante 16, em resposta à pergunta “Que aspectos positivos identifica na acção de formação”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 10 – Avaliação da Sessão de Formação, do estudo de caso aplicado no EPSCBM.

Embora não se possa afirmar que a terceira questão de investigação — Que impacto teria a formação em utilização da internet na percepção que o recluso tem das suas capacidades cognitivas e técnicas e, conseqüentemente, da sua empregabilidade? — trouxe um contributo claro, não se pode igualmente afirmar que não obteve respostas. De facto, alguns dos efeitos registados com os estudos de caso são representativos das conseqüências que a aprendizagem para o desenvolvimento de competências e-infocomunicacionais têm no indivíduo, nas suas ideias, perspectivas e ambições, na forma como se vê e prevê o seu futuro, como servem de exemplo as transcrições a seguir.

«**Foi engraçado saber a origem da “webcam”.**», participante 7, em resposta à pergunta “Que actividade/exercício/parte da sessão de hoje gostou mais?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 02 – *Hardware*, do estudo de caso aplicado no EPSCBF.

«**O que gostei mais foi saber a raiz das coisas, como e porquê que foram inventadas, criadas.**», participante 8, em resposta à pergunta “Que actividade/exercício/parte da sessão de hoje gostou mais?” da avaliação da sessão relativa ao Módulo 2 – *Hardware*, do estudo de caso aplicado no EPSCBF.

«**De tudo, claro, porque tudo é essencial e para o futuro, saber mexer com novas tecnologias é muito bom, excelente. E quando sair vou-me tentar adaptar mais nas tecnologias.**»,

participante 10, em resposta à pergunta “Que actividade/exercício/parte da sessão de hoje gostou mais?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 09 – Comunicação Síncrona, do estudo de caso aplicado no EPSCBM.

«**Gostei, aprendi a procurar emprego, a ter o cuidado de mandar o meu currículo com a carta de apresentação, vi como se procura emprego na net, e no que devo estar atenta**», participante 8, em resposta à pergunta “Gostou do que aprendeu hoje? Por quê?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 10 – Procura de emprego na internet, do estudo de caso aplicado no EPSCBM.

«**Muito útil e interessante. Tanto a nível pessoal, como social. Pode servir de desabafo, partilha de ideias, educacional e poder se uma porta de negócios.**», participante 7, em resposta à pergunta “O que aprendeu hoje é útil? Por quê?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 11 – Criar um blogue, do estudo de caso aplicado no EPSCBF.

«**Sim é muito útil, para que eu possa de futuro saber comunicar com a minha irmã cunhado e sobrinhos que se encontram em Londres, e sei que é gratuito.**», participante 8, em resposta à pergunta “O que aprendeu hoje é útil? Por quê?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 12 – Comunicação Síncrona, do estudo de caso aplicado no EPSCBF.

«**Adorei e adorava poder continuar a aprender mais.**», participante 8, em resposta à pergunta “Gostou de frequentar esta acção de formação?”, da avaliação da sessão relativa ao Módulo 13 – Avaliação da Acção de Formação, do estudo de caso aplicado no EPSCBF.

Como se pode confirmar na figura 2 – Reclusos integrados em formação escolar e profissional (31/12/2014), com excepção de cinco unidades prisionais², em todos os estabelecimentos prisionais há frequência de formação escolar por parte dos reclusos. Este dado revela que dos 49 espaços prisionais 44

(90%) oferecem aos indivíduos a cumprir pena de prisão a possibilidade de frequentar o ensino e de melhorar as suas habilitações escolares.

Se se orientar essa questão na perspectiva dos estabelecimentos prisionais participantes nesta investigação, percebe-se que ambos têm taxas de frequência abaixo da média nacional que considera os estabelecimentos que possibilitam formação escolar aos reclusos: 43,4%. Com efeito, o EPSCBF apresenta uma percentagem de frequência escolar de 31%, e o EPSCBM tem uma percentagem de 28 (ver figura 2 – Reclusos integrados em formação escolar e profissional (31/12/2014)).

Não obstante as percentagens indicadas não serem absolutamente determinantes para a confirmação da existência facilitada de frequência escolar, as experiências nos estabelecimentos prisionais participantes na investigação revelam que a opção de frequentar a escola e de aumentar as habilitações académicas existem clara e consistentemente. Efectivamente, ambas as experiências mostram que a não frequência escolar resulta principalmente da falta de vontade de o fazer por parte dos indivíduos, e não da inexistência de condições para o possibilitar por parte dos estabelecimentos prisionais.

Especificamente sobre a utilização da internet para fins de aprendizagem, também ambas as experiências mostraram que, dentro das condições adequadas ao contexto prisional, essa possibilidade existe e é praticada embora em moldes muito restritos e condicionados.

Assim, conclui-se que, numa relação de um para um, na qual a orgânica e dinâmica do estabelecimento prisional se mantenha e não seja perturbada, e quando exista justificação e autorização para utilização, o acesso à internet poderá existir em contexto escolar e/ou formativo com o objectivo de aprendizagem.

No que diz respeito à adequação ao formato de acção de formação, a estrutura programática cumpre os requisitos pela organização dos temas abordados em módulos e em sessões de formação. Isto permite que a organização dos conteúdos ganhe objectividade e clareza contribuindo para melhor aprendizagem por parte dos formandos (Quadro 1 – Programa Temático para Acção de Formação).

² Hospital Prisional São João de Deus, Cadeia de Apoio da Horta, Estabelecimento Prisional de Aveiro, Estabelecimento Prisional da Polícia Judiciária de Lisboa e Estabelecimento Prisional de Viseu.

A estrutura de cada módulo está desenhada de modo a que cada sessão de formação compreenda momentos de ensino-aprendizagem de metodologia variada, dando-lhe um cariz dinâmico. Com efeito, as sessões suportam-se no respectivo módulo do Manual do Formando, com um momento inicial explicativo da temática a abordar, ao qual se seguem momentos intercalados de explicação (leitura dos conteúdos do módulo com interacção entre formadora e formandos na lógica de pergunta resposta), de demonstração (a formanda demonstra como se executa determinada acção e os formandos observam) e de experimentação (os formandos experimentam a acção cuja demonstração observaram previamente) que compõem o espaço principal da sessão em questão.

A essência dinâmica e participativa desse modelo de sessão de formação mostrou ser adequado para a manutenção da atenção e para a motivação dos participantes na aprendizagem. Efectivamente, os formandos realizavam, a cada sessão e novo tema, um processo de assimilação de conteúdos através da leitura e audição, de visualização de como se faz determinada acção — aprender a conhecer (adquirir instrumentos de compreensão) —, e de experimentação do fazer — aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente).

Considerando o público-alvo a que esta investigação se dirige, é importante que a estrutura das temáticas abordadas na acção de formação esteja pensada para diferentes níveis de conhecimento e para formandos com conhecimentos bastante reduzidos ou até nulos sobre o tema geral. Por este motivo o programa temático testado e apresentado inclui as bases para todos os temas incluídos a fim de fornecer um enquadramento simples e claro a qualquer participante. Essa forma de apresentar e transmitir o conhecimento mostrou ser motivadora para os formandos por lhes permitir compreender efectivamente a origem das coisas. Em consequência, essa construção de conhecimento traz-lhes curiosidade e lega-lhes vontade de saber mais, e o ciclo repete-se.

No sentido de manter o interesse e motivação dos formandos e porque a temática o permite, a flexibilidade temática deve existir. Ou seja, a estrutura temática que se apresenta funciona como a base a partir da qual se poderá acrescentar temas relacionados que interessem aos participantes na acção de formação ou que o formador considere relevante para o grupo específico com que se está a trabalhar.³

Sobre o contexto de aplicação de uma acção de formação com a estrutura programática desenhada, é relevante ter em conta aspectos como actividades educativas, lúdicas e/ou laborais que os participantes tenham, já que poderá haver proveito para o participante, e conseqüentemente para o grupo de formandos, na partilha de conhecimento e até na junção de actividades com as da formação.

Perante uma população com nível de conhecimento baixo, verifica-se que qualquer aprendizagem é uma mais-valia no aumento de competências e conhecimentos do indivíduo, e até na construção da pessoa enquanto cidadão e profissional.

³ A possibilidade de aplicação de uma acção de formação com a estrutura temática que se apresenta no Quadro 1 – Programa Temático para Acção de Formação deve ser confirmada com a direcção do estabelecimento prisional, nomeadamente a inclusão de todos os temas e a execução de todos os momentos demonstrativos, salvaguardando que nenhum deles causa qualquer problema na dinâmica do estabelecimento. A importância da aprendizagem de competências e-infocomunicacionais em ambientes digitais que se espera que os reclusos adquiram com a formação deverá ser sublinhada.

Figura 2 – Reclusos integrados em formação escolar e profissional (31/12/2014)

Estabelecimentos prisionais	População prisional a 31/12/2014 sem PDL e inimputáveis em est.psi.ext ¹	Total de reclusos em formação escolar e profissional Cursos a decorrer a 31/12/2014					
		Formação escolar		Formação profissional		Total	
		N°	%	N°	%	N°	%
Estabelecimentos prisionais de grau de complexidade de gestão elevado							
EP Alcoentre	605	127	21%	100	17%	227	38%
EP Carregueira	697	245	35%	0	0%	245	35%
EP Caxias	388	46	12%	0	0%	46	12%
EP Coimbra	494	182	37%	78	16%	260	53%
EP Funchal+Fem	253	169	67%	21	8%	190	75%
EP Izeda	283	117	41%	0	0%	117	41%
EP Leiria Jovens	235	115	49%	62	26%	177	75%
EP Linhó	498	136	27%	49	10%	185	37%
EP Lisboa	1.275	251	20%	0	0%	251	20%
EP Monsanto ²	73	19	26%	0	0%	19	26%
EP Paços de Ferreira	714	316	44%	68	10%	384	54%
EP Pinheiro da Cruz	642	88	14%	0	0%	88	14%
EP Porto	1.208	332	27%	147	12%	479	40%
EP Santa Cruz Bispo Fem	317	97	31%	0	0%	97	31%
EP Santa Cruz Bispo Masc	463	129	28%	0	0%	129	28%
EP Setúbal	297	104	35%	0	0%	104	35%
EP Sintra	653	175	27%	16	2%	191	29%
EP Tires Fem+Masc	521	108	21%	0	0%	108	21%
EP Vale de Judeus	494	158	32%	31	0%	189	38%
EP Vale do Sousa	378	202	53%	51	6%	253	67%
HP S. João de Deus ²	32	0	0%	0	13%	0	0%
Subtotal	10.520	3.116	30%	623	6%	3.739	36%
Estabelecimentos prisionais de grau de competitividade de gestão médio							
EP Angra Heroísmo+Fem	95	36	38%	0	0%	36	38%
Cadeia de Apoio Horta ²	23	0	0%	0	0%	0	0%
EP Aveiro	113	0	0%	192	170%	192	170%
EP Beja	212	95	45%	0	0%	95	45%
EP Braga	134	97	72%	0	0%	97	72%
EP Bragança	90	64	71%	17	19%	81	90%
EP Caldas da Rainha	113	79	70%	0	0%	79	70%
EP Castelo Branco	125	24	19%	51	41%	75	60%
EP Chaves	61	53	87%	0	0%	53	87%
EP Covilhã	89	75	84%	0	0%	75	84%
EP Elvas	77	78	101%	0	0%	78	101%
EP Évora ²	46	1	2%	0	0%	1	2%
EP Faro	148	81	55%	17	11%	98	66%
EP Guarda+Fem	190	31	16%	65	34%	96	51%
EP Guimarães	61	61	100%	21	34%	82	134%
EP Lamego	82	17	21%	31	38%	48	59%
EP Leiria	128	26	20%	0	0%	26	20%
EP Montijo	217	129	59%	0	0%	129	59%
EP Odemira	47	31	66%	0	0%	31	66%
EP Olhão	65	61	94%	15	23%	76	117%
EP PJ Lisboa ²	141	0	0%	0	0%	0	0%
EP PJ Porto ²	46	1	2%	0	0%	1	2%
EP Ponta Delgada+Fem	176	71	40%	9	5%	80	45%
EP Silves	78	46	59%	0	0%	46	59%
EP Torres Novas	48	22	46%	0	0%	22	46%
EP Viana do Castelo	73	41	56%	0	0%	41	56%
EP Vila Real	101	39	39%	27	27%	66	65%
EP Viseu	79	0	0%	0	0%	0	0%
Subtotal	2.858	1.259	44%	445	16%	1.704	60%
Total	13.378	4.375	32,7%	1.068	8,0%	5.443	40,7%
Total para cálculo do valor nacional³	13.017	4.354	33,4%	1.068	8,2%	5.422	41,7%

Fonte: CCGPATPP, com dados provisórios da população prisional a 31/12/2014.

¹ Dados do SIP, à data provisórios. Os valores não incluem PDLs e inimputáveis internados em estabelecimentos psiquiátricos não prisionais (total de 139).

² Os EPs HPSJDeus, Monsanto, Évora, PJ Lisboa, PJ Porto e Cadeia de Apoio da Horta estão excluídos do cumprimento deste indicador, conforme Plano de Atividades 2014.

³ Ao valor total da população prisional e da formação escolar/profissional foram deduzidos os valores dos EP's excluídos do cumprimento deste indicador.

Fonte: "Relatório de Atividades e Autoavaliação 2014", Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Ministério da Justiça, página 53, com acrescentos gráficos das autoras.

No caso desta investigação, especificamente na tentativa de dotação do indivíduo das competências e-infocomunicacionais básicas, as vantagens tornam-se mais óbvias não só porque os indivíduos que já usam as tecnologias o fazem de forma pouco eficaz e eficiente no que diz respeito ao retorno positivo em termos de sucesso profissional, mas também por que a aprendizagem que eventualmente

recebam pós-reclusão será provavelmente informal e, conseqüentemente, não orientada para uma utilização das tecnologias da informação e da comunicação também eficaz e eficiente com o objectivo de alcançar um lugar de sucesso na sociedade, mas orientada para a utilização trivial.

Quadro 2 – Programa temático para acção de formação.

Sessão/Módulo	Tema	Subtemas
01	Tecnologia	História da Tecnologia Cronologia da história da tecnologia Computador Tecnologias da informação e da comunicação
02	Hardware	Definição Dispositivos de entrada Dispositivos de saída Dispositivos de armazenamento
03	Software	Definição Sistema operativo Programas Programas de execução Programas de comunicação
04	Internet e World Wide Web (WWW)	Internet World Wide Web Website Utilizadores Utilidade
05	Pesquisar e Navegar	Navegadores Motor de Pesquisa Pesquisar Navegar
06	Correio Electrónico	Definição Utilizador Palavra-chave (<i>password</i>) Exemplos de <i>websites</i> para criação de email
07	Criar Contas <i>Online</i>	Privacidade Páginas de comércio (OLX, IKEA, etc.) Segurança Social Finanças
08	Procura de emprego na Internet	Procura activa de emprego IEFP Páginas de procura de emprego e recursos humanos (Netemprego, Egor, Careerjet, Trabalho Certo, Sapoemprego)
09	Comunicação Síncrona	Skype <i>Chat</i> (ferramenta de conversação que se considere adequada)

Fonte: elaboração das autoras.

CONCLUSÃO

O sistema prisional português permite ao indivíduo em cumprimento de pena frequentar a escola e aumentar as habilitações académicas. A não frequência escolar resulta, pois, especialmente da falta de vontade dos indivíduos. A utilização da internet é possível mas de difícil alcance, e verifica-se apenas em situações de aprendizagem muito restritas e condicionadas.

Os momentos de ensino-aprendizagem devem ter essência dinâmica construída a partir de várias metodologias de ensino: de explicação, de demonstração, e de experimentação. Esse carácter dinâmico incentiva a participação devido à solicitação para a leitura, audição, visualização e experimentação, o quê, por sua vez, contribui para o aumento da motivação. Outros dois factores determinantes para a motivação e para a aprendizagem são a adequação dos conteúdos para diferentes níveis de conhecimento e a flexibilidade para a adição de temas que possam interessar aos participantes.

Os resultados obtidos com ambos os estudos de caso aplicados nos estabelecimentos prisionais participantes nesta investigação mostram que houve um impacto muito positivo nos conhecimentos e-infocomunicacionais dos indivíduos, como na relação adquirida com a aprendizagem. O ganho de conhecimentos e competências trouxe, por sua vez, aumento positivo na autoimagem e autoestima dos participantes. Com efeito, a satisfação dos formandos com a aprendizagem obtida faz crescer a motivação para aprender e a vontade para adquirir mais conhecimento.

Considerando todas as dificuldades que enfrentam após a reclusão, considera-se que este contributo é, sem dúvida, uma mais-valia para o futuro dessas pessoas. E defende-se que acções de formação como as aplicadas no âmbito desta investigação deveriam ser uma constante nos estabelecimentos prisionais portugueses, sempre com adaptação necessária às estruturas e dinâmicas de cada um, e aos perfis dos indivíduos participantes.

REFERÊNCIAS

- BRADBURY, H. *The Sage handbook of action research*. Los Angeles (CA): Sage Publications, 2015.
- BURGOS, OLIVÁN LOLA; GARCÍA, VILLAR AÍDA; TOMÁS HUMBERT, C. El blog desde la prisión: un instrumento de inclusión social. *Educacion y bibliotecas*, v. 19, n. 158, p. 102–109, 2007.
- DELGADO GARCÍA, A. M.; OLIVER CUELLO, R. A model of equitable and sustainable redistribution of knowledge. *Educational Technology Research and Development*, v. 58, n. 6, p. 781–790, 2010.
- FONG, J. Facilitating education in prisons. In: LEUNG, E. W. C. et al. (Org.). *Advances in Blended Learning*. Gerhard Go ed. Berlin: Heidelberg: Springer, 2008. v. 5328. p. 1–15.
- FRANGANILLO, J. et al. Alfabetización digital en la prisión: una experiencia con jóvenes internos. 2006, Badajoz: *II Congreso Internacional de Alfabetización Tecnológica*, 2006. p. 102–118.
- KOUDSTAAL, D. et al. Creating Cooperatively with all Stakeholders an Advanced and Highly Secure ICT Learning Network for all Inmates within Existing Cultural Prison Practices. *ACEA/Reintegration Puzzle*, Perth WA Australia, v. 31, n. September, p. 1–21, 2012.
- MONTEIRO, A.; MOREIRA, J.; LEITE, C. O eLearning em estabelecimentos prisionais: possibilidades e limites para a inclusão digital e justiça social. *Revista Diálogo Educacional*, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Angelica_Monteiro/publication/303371240_O_eLearning_em_estabelecimentos_prisionais_possibilidades_e_limites_para_a_inclusao_digital_e_justica_social/links/573ecde908ae298602e8bc1e.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- O'NEILL, L.; MACKENZIE, D. L.; BIERIE, D. M. Educational Opportunities Within Correctional Institutions: Does Facility Type Matter? *The Prison Journal*, v. 87, n. 3, p. 311–327, 2007.
- ROCHA, D. G. S. *Utilização da Internet nos Estabelecimentos Prisionais Portugueses. Realidade ou Utopia?* 2010. 1-266 f. Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.
- STAKE, R. E. *A arte de investigação em estudo de caso*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.